

ECONOMIA COM A NATUREZA

Durante décadas, governos e agências intergovernamentais, como a ONU ou o Banco Mundial, têm se ocupado procurando formas de permitir que o fluxo de grandes investimentos e projetos continue – não importando as consequências. Apesar de os combustíveis fósseis serem a principal causa das mudanças climáticas, vemos empresas de petróleo, carvão e gás expandindo atividades de extração. Embora o corte de árvores em terras a ser usadas para a agricultura industrial seja uma das principais causas do desmatamento, vemos o agronegócio aumentando as monoculturas de árvores e de produtos agrícolas. Vemos, também, a indústria de mineração penetrando mais fundo na Terra. Vemos mais estradas, ferrovias, gasodutos, portos e outros grandes projetos de infraestrutura que facilitam a extração e a comercialização de “recursos naturais”. E, como consequência disso, vemos milhares de comunidades tendo suas casas, seus meios de subsistência, suas culturas e seus territórios espoliados, e até pessoas perdendo a vida. Ironicamente, essas mesmas indústrias podem continuar sua destruição enquanto afirmam que são “verdes” ou “certificadas”, “neutras para o clima” ou “sustentáveis”.

Mas, apesar das palavras bonitas, o sistema econômico dominante tem sido e continua sendo violento. Ele é violento com a natureza e, portanto, com as pessoas que convivem com ela e dela dependem. Isso é inerente à necessidade que o sistema tem de crescimento e acumulação constantes, mesmo quando os “recursos” da Terra são finitos. Nesse contexto, governos, corporações e financiadores vêm promovendo uma “nova” economia – uma “economia com natureza” – que permite que as empresas compensem a poluição ou a destruição que causam à biodiversidade. Uma empresa que queira extrair os minerais que se encontram sob uma floresta poderia fazê-lo e afirmar que não houve danos à diversidade da floresta se a biodiversidade destruída foi compensada pela preservação ou restauração de outra área que deveria ser “equivalente” à destruída. Da mesma forma, uma refinaria de petróleo pode continuar poluindo acima de qualquer meta desde que, em outros lugares, um projeto esteja evitando ou salvando uma quantidade “equivalente” de emissões. Por trás das compensações, centenas de corretores, empresas de consultoria, ONGs, esquemas de certificação e agências financeiras estão lucrando com essas transações. Como consequência, o sistema econômico dominante é reforçado e pode continuar crescendo.

Sendo assim, relações de poder, injustiças, espoliações e violência estão sendo escondidas atrás de medidas e números. Transformar a “natureza” em unidades quantificáveis para compensar sua destruição é permitir que empresas e governos tenham mais acesso e controle a mais e mais territórios. A ideia de compensar a devastação de um local específico, em um momento específico, com suas interconexões, comunidades e histórias vivas é absurda. Para piorar as coisas, essa “economia com natureza” também tende a retratar comunidades florestais e camponesas como culpadas pela destruição da “natureza”. Métodos de cultivo tradicionais estão sendo demonizados e até mesmo proibidos em alguns lugares por supostamente serem fonte de desmatamento em grande escala. Enquanto isso, grandes investimentos ficam livres de qualquer responsabilidade enquanto promovem, com campanhas caras, o quanto são bons para o clima e as florestas.

Durante este ano e, com o objetivo de aprender mais sobre como a “economia com natureza” se manifesta nas comunidades florestais e camponesas de todo o mundo, e seus impactos sobre elas, incluímos uma série de artigos em nossos boletins mensais

que tentam lançar alguma luz sobre essa tendência. Perguntamos: o que a “economia da natureza” implica para as lutas pela proteção de territórios florestais e camponeses? Como poderíamos resistir a essa tendência? À medida que se aproxima o fim do ano, queremos compartilhar uma compilação dos artigos relacionados a essa tendência, com a esperança de poder continuar a aprender em conjunto e, assim, fortalecer nossa análise e nossa resistência.

Secretariado Internacional do WRM

Compilação de artigos do Boletim do WRM do 2015 relacionado com a “economia com a natureza”

Cercando territórios em busca de lucro financeiro

Boletim 210 – Janeiro 2015

O cercamento de terras, florestas e água por empresas privadas e ou por Estados não é um fenômeno novo. Muito do que cresce na terra, daquilo que é cultivado pelos seres humanos, que flui sobre e sob a terra, que forma paisagens e ecossistemas, que é construído na terra e que é extraído da terra tem sido mercantilizado. O que é novo é a variedade de meios, mecanismos e instrumentos pelos quais se exerce o controle político e econômico sobre a terra e a natureza, e pelos quais a terra e a riqueza baseada nela estão se transformando em produtos em novos mercados. Ao longo dos últimos dez anos, atores e instrumentos financeiros, envolveram-se com negócios de terras, florestas, minérios e água. Embora a terra, em si, seja inamovível, a financeirização permite que a riqueza que brota dela se movimente em todo o mundo na forma de instrumentos financeiros passíveis de troca, que podem ser negociados em mercados distantes.

Comercializando direitos comunitários no Gabão: A Lei de “Desenvolvimento Sustentável”

Boletim 211 – Fevereiro 2015

O governo do Gabão adotou uma nova Lei de “Desenvolvimento Sustentável” em agosto de 2014. A nova lei estabelece que as empresas, no Gabão, podem compensar a destruição que geram sobre as florestas ou territórios tradicionais comprando “créditos de desenvolvimento sustentável”, que inclui créditos de carbono, créditos de biodiversidade, créditos de ecossistemas e capital da comunidade. É a primeira Lei a introduzir créditos para o “capital comunitário”, definido como a “soma dos recursos naturais e culturais que pertencem a uma comunidade”. Sem mais explicações, o “capital comunitário” poderia incluir coisas como terras comunitárias, cultivos, recursos hídricos, cultura ou educação. Nesse contexto, as mulheres tendem a ser as mais afetadas, já que, na maioria das vezes, são cuidadoras, educadoras, fazem remédios e plantam os alimentos dentro das comunidades.

Salvaguardando os investimentos: sobre salvaguardas de REDD+, mulheres e povos indígenas

Boletim 211 – Fevereiro 2015

Hoje em dia, fala-se muito em todo o mundo sobre as salvaguardas para a implementação do chamado REDD+ ou “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação ambiental, conservação, gestão florestal sustentável e aumento de reservas florestais de carbono”. As salvaguardas nos projetos de REDD+ aparecem como um mero requisito, quase em forma de “checklist” – não para respeitar os direitos das populações locais, mas sim como uma maneira de tentar que, com um investimento mínimo, possam ser evitados conflitos sociais, enquanto se garante que o mercado de carbono funcione. As salvaguardas estariam, na verdade, buscando a efetiva implementação do REDD+, minimizando – sem evitar – os riscos socioambientais inerentes às atividades de REDD

Enquanto a FAO celebra o Dia Internacional de Florestas, as árvores transgênicas avançam: as “florestas” transgênicas

Editorial - Boletim 212 – Março 2015

Há alguns anos, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO), celebra o Dia Internacional das Florestas em 21 de março. O lema deste ano é “Florestas, Clima, Mudança”. Segundo um vídeo publicitário do FAO de 1 minuto para o Dia Internacional, as florestas são vitais porque “...estão na linha de frente contra a mudança climática”. Essa visão enxerga apenas a capacidade da floresta de absorver CO₂ através das árvores e do solo, e aponta para incluir as florestas em um acordo do clima a ser definido em Paris, no final do ano. Será que a mudança que a FAO prega no lema do Dia – Florestas, Clima, Mudança – é que todos nós venhamos a aderir a essa visão limitada de que precisamos da floresta para enfrentar a crise climática? E o que isso representa para os povos e populações que dependem das florestas?

Plano de Ação para a Silvicultura Tropical +30: a FAO e o Banco Mundial estão no centro de mais falsas soluções para a crise florestal: REDD e Agricultura Climaticamente Inteligente

Boletim 212 – Março 2015

Durante o Congresso Florestal Mundial da FAO de 1985, o Plano de Ação para a Silvicultura Tropical (TFAP, na sigla em inglês) foi adotado como novo marco internacional para a ação relacionada a florestas. Agências doadoras, apoiados por algumas ONGs internacionais, também aceitaram o TFAP como marco para suas atividades e seus financiamentos bilaterais e multilaterais relacionados a florestas tropicais. Ministérios de países do Sul global elaboraram planos nacionais sobre “manejo florestal sustentável”, estratégias de investimento e listas de atividades a ser desenvolvidas para enfrentar a crise do desmatamento. No entanto, a crise florestal tenha continuado e o desmatamento aumentou dramaticamente. 30 anos mais tarde, o financiamento do Banco Mundial e da FAO está novamente promovendo iniciativas-piloto e de demonstração, bem como políticas nacionais e regimes de investimento, em muitos países com florestas tropicais no Sul global. Mas esta vez, o objetivo de “desenvolvimento” do TFAP foi substituído por outro: o de enfrentar a crise climática através da redução das emissões causadas pela destruição de florestas. E mais uma vez, sua análise das causas reais da crise está errada.

Banco Mundial abre caminho para uma estratégia nacional de compensação de biodiversidade na Libéria

Boletim 213 – Abril 2015

Em março de 2015, o Banco Mundial apresentou um relatório que vai ajudar as empresas de mineração que operam na Libéria a se apresentar como salvadoras da biodiversidade, mesmo que suas operações continuem a destruir algumas das florestas mais biodiversas do país. O relatório “explora a possibilidade de se implementar um esquema nacional de compensação de biodiversidade na Libéria”, e o Banco Mundial vê potencial para lucrar com o plano, não só em relação à indústria de mineração, mas também a empresas de dendê e florestais. Não se sabe se os autores do relatório consultaram as comunidades locais que correm o risco de perder o acesso à terra que fornece os seus meios de subsistência, não só por causa das operações de mineração, mas também das áreas destinadas a compensar a destruição da biodiversidade causada por elas. O que se sabe, porém, é que eles consultaram ONGs conservacionistas internacionais e empresas de mineração e produção de dendê, e estão visivelmente agradecidos pelas contribuições delas ao relatório.

Acumulando mais dinheiro fazendo a mesma coisa: a financeirização dos monocultivos de eucalipto da Fibria em Brasil

Boletim 213 – Abril 2015

Em 2013, circulou no Brasil uma notícia, estranha à primeira vista: a Fibria, maior produtora mundial de celulose de madeira oriunda de monocultivos de eucalipto, que tem cerca de 1 milhão de hectares de terras no Brasil, teria vendido 210 mil hectares de “suas” terras para a empresa Parkia Participações, uma empresa “brasileira”, mas com investidores estrangeiros. Além disso, quando jornais brasileiros informaram sobre a venda, a Fibria disse que pretende vender, dessa mesma forma, até metade de suas terras no país, ou seja, algo como meio milhão de hectares (1). Pergunta-se, portanto, por que uma empresa que, como todas do setor, sempre buscou se apropriar de mais e mais terras para plantar eucalipto, estaria disposta a abrir mão dessas terras? Como funciona isso?

FSC: Certificando mercados de acumulação

Boletim 213 – Abril 2015

Há muito tempo, o WRM, junto com outras organizações e movimentos sociais, vem denunciando o papel nefasto da certificação de projetos intrinsecamente destrutivos para as florestas e as redes de vida que elas contêm. Além disso, esses projetos têm se mostrado prejudiciais para as comunidades que vivem nas florestas e delas dependem. A certificação do Conselho de Manejo Florestal (FSC) não apenas legitima as atividades de corte industrial de madeira em florestas tropicais e vastas áreas de monoculturas, mas também se associou ao mercado de carbono, certificando árvores destinadas a “absorver carbono”. Como se isso não bastasse, até o final de 2015, o FSC pretende ter um plano global para certificar os chamados “serviços ecossistêmicos”. Sem lidar com as verdadeiras causas do desmatamento, o FSC promove a ideia de que a “natureza” pode ser contabilizada e comercializada, enquanto incentiva o aumento do consumo de produtos madeiráveis e derivados de madeira – desde que tenham o seu selo.

Financeirização da água: do que se trata?

Boletim 214 – Maio 2015

O processo de “financeirização da economia” penetrou em todos os mercados. Nele, o comércio de dinheiro, riscos e produtos financeiros criados com base neles se tornou mais rentável e começou a superar o de bens e serviços, em nome da acumulação de capital. Mais do que isso: seu alcance se expandiu de áreas como sistemas sociais reprodutivos (aposentadoria, saúde, educação, habitação) para bens comuns da natureza. Neste quadro, a financeirização dos bens comuns naturais cria novos “ativos”, dos quais é possível se apropriar e dos quais investidores financeiros podem extrair lucro, seja diretamente ou através da criação de outras possibilidades de comércio e especulação nos mercados financeiros. E então, até que ponto se pode afirmar que a água natural, como bem comum, está financeirizada?

As compensações de biodiversidade facilitam a continuação da destruição enquanto as empresas de mineração fazem negócios como de costume

Boletim 215 – Junho 2015

Durante bem mais de uma década, empresas de mineração, como Newmont e Rio Tinto, têm participado de programas voluntários de compensação de biodiversidade, mesmo onde a lei não exige isso. Sendo assim, que interesse as empresas de mineração têm em se envolver em compensação, mesmo onde não existe legislação que as obrigue a isso?

O que revelam as críticas dos que promovem o mercado de carbono e o REDD à encíclica do Papa?

Editorial - Boletim 216 – Julho 2015

Não é muito comum ver tantas organizações e pessoas comentando uma encíclica papal. Apesar de negligenciar questões importantes, o documento foi bastante incisivo e feliz em suas análises e questionamentos sobre o atual modelo de superprodução e superconsumo globalizados e capitalistas. Com isso, acabou reforçando aquilo que movimentos sociais e outros grupos vêm afirmando e denunciando há muito tempo. Em seu documento, o Papa também questionou algumas das falsas soluções que têm sido apresentadas aos povos do mundo para enfrentar a crise climática. Isso incomodou alguns dos defensores do mecanismo de compensação de emissões de carbono pela venda e compra de créditos de carbono, também chamado de mercado de carbono. Pergunta-se: o que revelam as críticas publicadas por alguns deles?

O desmatamento financia mais plantações: o novo projeto de lei do Fundo de Florestamento Compensatório na Índia

Boletim 217 – Agosto 2015

O novo projeto de lei do Fundo de Florestamento Compensatório (CAF, na sigla em inglês) é a lógica da compensação em sua forma mais crua. Demanda o estabelecimento de plantações de árvores em terras onde antes não tinha floresta, em quantidade pelo menos equivalente (para projetos do setor público) a cada caso em que se usará florestas. Para projetos do setor privado, as plantações devem ser

estabelecidas com o dobro da área de floresta usada. Não obstante o fato ambiental de que uma floresta não pode ser recriada com plantações nem compensada por meios monetários, o governo está determinado a promover sua agenda neoliberal de crescimento econômico sem impedimentos. Esse processo agride ainda mais as florestas, as comunidades florestais e grande parte da população rural pobre da Índia. Mais importante ainda, a ilusão de que o dinheiro ou as plantações podem compensar a destruição florestal legítima lavagens verdes, eventos de desmatamento que são ecológica e socialmente inadmissíveis.

A mineradora VALE promovendo o dendê no Pará, Brasil: impactos da “economia verde”

Boletim 218 – Setembro 2015

Por volta de 2006 se iniciou um processo de expansão do monocultivo do dendê no Pará. Empresas como a mineradora VALE se apropriaram de terras, e a chegada do dendê expulsou muitas famílias dos seus territórios. As plantações do dendê servem, sobretudo, para a VALE fazer sua propaganda “verde”, já que 80% da demanda pelo diesel da empresa continua sendo de petróleo. Com a expansão prevista das rotas de trem e da produção mineral, a empresa também vai aumentar ainda mais seu consumo de petróleo e, portanto, suas emissões de carbono. É um exemplo de como a “economia verde”, mais do que uma receita para reduzir as emissões, é uma forma de provocar uma “cortina de fumaça” para que as empresas possam aumentar ainda mais sua produção e a queima de combustíveis fósseis envolvidas nisso, dobrando os impactos sobre as comunidades locais que estão lutando não só contra a mineração, mas também contra as plantações de dendezeiros.

O capital financeirizado e as grandes empresas de dendê

Boletim 218 – Setembro 2015

A crescente demanda global por óleo de dendê produziu lucros inesperados para a indústria e transformou essas plantações em alvos preferenciais para investimento por parte de bancos, fundos de pensão e outros financistas que procuram lucrar com a explosão na demanda pelo produto. Magnatas ricos controlam a maior parte dos grandes grupos no setor, principalmente na Ásia, mas o investimento em vários instrumentos financeiros está facilitando a expansão das plantações e do poder dessas multinacionais. No entanto, as plantações de dendezeiros continuam sendo uma causa estrutural de desmatamento. Eles estão conectados com incêndios em florestas e turfeiras, poluição pelo uso intenso de agrotóxicos, e com imposições a comunidades locais e povos indígenas, cujos meios de subsistência e territórios são destruídos por essas plantações.

Como os projetos de REDD+ prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas

Boletim 219 – Outubro 2015

A agricultura é cada vez mais discutida em fóruns de alto nível sobre a mudança climática, os quais promovem diferentes programas que – dizem – irão ajudar os agricultores a se adaptar às mudanças e reduzir as emissões de gases do efeito estufa na agricultura. Essas iniciativas são fortemente influenciadas por empresas e governos

que querem proteger a agricultura industrial e os sistemas alimentares corporativos das verdadeiras soluções para a mudança climática, que dariam mais terras aos camponeses e apoiariam a agricultura agroecológica para mercados locais. Como resultado, a pequena agricultura camponesa está sendo alvo de uma série de falsas soluções para a mudança climática, promovidas agressivamente, enquanto a agricultura industrial e empresarial continua fazendo seus negócios de sempre. Um desses programas é chamado de REDD+.

Agricultura inteligente para as empresas

Boletim 219 – Outubro 2015

À medida que se aproximam as negociações climáticas da ONU, em dezembro, há apenas uma grande iniciativa intergovernamental sobre clima e agricultura, e ela é controlada pelas maiores empresas de fertilizantes do mundo. A Aliança Mundial para a Agricultura Inteligente para o Clima, lançada em 2014, na Cúpula da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Nova York, é o resultado de vários anos de esforços por parte do lobby dos fertilizantes para bloquear ações significativas sobre a agricultura e as alterações climáticas.

Duas mentiras deslavadas se juntam: mesas redondas de certificação e REDD+

Boletim 219 – Outubro 2015

A certificação tem sido descrita como a mais deslavada das mentiras deslavadas do movimento de sustentabilidade. E, nos últimos anos, as mesas redondas de certificação se juntaram a outra mentira deslavada: o REDD+. No caso deste, a mentira começa no nome. O REDD+ não foi concebido para realmente reduzir emissões, pelo menos não aquelas causadas pelos responsáveis por desmatamento em larga escala. Em vez disso, o REDD+ responsabiliza camponeses e povos da floresta pela perda florestal, enquanto as empresas e as políticas governamentais realmente responsáveis pelo desmatamento em larga escala continuam incólumes, com o desmatamento que causam recebendo frequentes “lavagens verdes” por parte dos selos parecidas das normas de certificação de commodities e do REDD+.

A farsa de uma “silvicultura inteligente”: Os casos de Green Resources em Moçambique e Suzano no Brasil

Boletim 219 – Outubro 2015

“Ninguém come eucalipto”. Essa afirmação bem direta foi a forma como camponeses expressaram, anos atrás, sua indignação quando a empresa Aracruz Celulose expandiu o monocultivo de eucalipto sobre terras agricultáveis do estado do Espírito Santo, no Brasil, para poder produzir e exportar mais celulose. Mesmo assim, essa e outras empresas sempre adotaram um discurso público de que suas práticas eram “inteligentes”: por exemplo, eucalipto só era plantado em terras “degradadas” ou “abandonadas”. Agora, com a crise climática, a FAO está sugerindo adotar uma “silvicultura inteligente para o clima”. Nossa pergunta: será que já podemos dizer que as empresas praticam hoje algo que se parece com uma “silvicultura inteligente”?